

Por Márcia Alves

O crescimento ano a ano da expectativa de vida da população brasileira é digno de comemoração. Segundo a última pesquisa realizada pelo IBGE, de 1980 para cá os brasileiros têm vivido em média 12,4 anos a mais. Hoje, a expectativa de vida é de 74,9 anos. Quem nascer em 2020 viverá, em média, até 76,7 anos, quase três anos mais do que o projetado em 2010.

Para o IBGE, essa evolução pode ser resultado do aumento de renda e da melhoria das condições de saúde, higiene e alimentação, bem como da redução das taxas de fecundidade. De acordo com o Instituto, entre 2004 e 2013, houve queda de 13,7% na proporção dos casais com filhos (de 50,9% para 43,9%). Nesse período, a proporção de famílias formadas por casais sem filhos cresceu 33% no Brasil.

Especialistas avaliam que a queda da taxa de fecundidade aliada ao crescimento da expectativa de vida significará, em um futuro próximo, menos profissionais jovens no mercado de trabalho, mais custos com aposentadorias e um risco de queda no crescimento econômico.

Mas, por enquanto, ainda é baixo o número de brasileiros que se preocupa em poupar para a aposentadoria. Uma pesquisa recente de uma multinacional de gestão de investimentos apurou que, dos brasileiros que têm algum dinheiro guardado, pouco mais da metade (57%) pensa em usar esses recursos para a aposentadoria. O percentual é menor que a média da América Latina (67%).

A mesma pesquisa identificou que os brasileiros reconhecem a importância da economia necessária para a aposentadoria, mas não poupam o suficiente. O estudo, realizado com 4 mil pessoas de quatro países (Brasil, Chile, Colômbia e México), mostrou que os brasileiros economizaram em média R\$ 10 mil reais para a aposentadoria. Porém, para alcançar o valor ideal, precisariam de R\$ 47 mil reais anuais.

Desafios

Com população ativa menor e mais aposentados, um dos desafios no futuro será equilibrar as contas da Previdência Social. Atualmente, o Brasil gasta 10% do PIB com aposentadorias, volume próximo ao de países com população mais velha, como Espanha e Portugal. O presidente do Centro Internacional de Longevidade no Brasil, Alexandre Kalache, considerado o mais importante especialista em envelhecimento no país, costuma dizer que “o Brasil envelheceu antes de ficar rico”.

Para Kalache, o Brasil é um caso relevante, porque o envelhecimento da população foi um dos mais rápidos na história mundial. Hoje, a proporção de idosos não é tão alta - 12% da população. Mas, em 2030, serão 30%, o mesmo que o Canadá terá e que o Japão já tem. “A diferença é que o Canadá não precisa mais se preocupar em construir estradas, garantir o ensino universal ou o acesso à saúde. Nós teremos de nos preocupar com isso tudo e, ao mesmo tempo, pensar em como cuidar dos nossos velhos”, diz.

Um estudo demográfico realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) indicou que no ano de 2050 o Brasil deve perder 30 milhões de potenciais contribuintes da Previdência Social. Segundo o estudo, a razão entre a população potencialmente inativa (0 a 14 anos e 65 ou mais de idade) e a ativa (15 a 64 anos de idade), chamada de razão de dependência vai atingir o seu valor máximo em 2022. A partir de 2037, mais idosos dependerão da população ativa do que os jovens.

A boa notícia é que, no momento, o Brasil atinge seu ponto mais baixo de razão de dependência (2015 a 2020), o famoso “bônus demográfico”. Para José Eustáquio Diniz Alves, doutor em Demografia do IBGE, este é o momento em que a janela de oportunidade está aberta em sua maior

amplitude. “Depois disso, a janela começa a se fechar, devido ao processo de envelhecimento populacional do país”, afirma.

Perspectivas

O presidente da FenaPrevi, Osvaldo Nascimento, - que no dia 3 de março participará de almoço do CVG-SP -, avalia que o mercado de seguros precisa pensar de forma estratégica sobre como atender a população mais longeva no futuro. Em recente entrevista à imprensa, ele comentou que o país ainda não dispõe de mercado de rendas programadas. “Esta é inclusive uma prioridade da Susep, que está trabalhando para desenvolver e viabilizar uma família de rendas programadas, que começam com rendas financeiras e chegam às rendas vitalícias, passando por diversas modalidades voltadas para atender às necessidades dos cidadãos”, adiantou.

Para o presidente do CVG-SP, Dilmo B. Moreira, a longevidade da população indica a tendência de que os brasileiros vão receber benefícios por períodos mais longos de tempo, enquanto aqueles que contribuem com o sistema vão diminuir. Por isso, acredita que o governo, talvez, opte por aumentar o período de contribuição para aposentadoria. Por outro lado, ele enxerga grandes oportunidades de desenvolvimento para o setor de seguros. “Nessas condições, a tendência de crescimento do mercado é promissora”, disse.

Durante o último fórum da FenaPrevi, o superintendente da Susep, Roberto Westenberger, afirmou que “a longevidade coloca nos ombros das companhias do mercado segurador uma grande responsabilidade, que foge ao marco econômico e tem um cunho social muito abrangente”. Da parte da Susep, o Laboratório de Produtos se ocupa em estimular o desenvolvimento de soluções para fazer frente ao envelhecimento da população, como o VGBL Saúde, o Universal Life e o Seguro de Riscos de Longevidade de Fundo de Pensão (para cobrir despesas não garantidas pelo seguro saúde ou uma despesa de valor não esperado).

Segundo Nascimento, o mercado manterá a estratégia de investir em educação financeira. “O cidadão tem de entender o momento de vida em que se encontra, o perfil de risco que está disposto a assumir e a suas necessidades no curto e longo prazo”. Ela adianta que uma das prioridades será estimular a tipificação de produtos. “A ideia básica é que a pessoa escolha produtos específicos, como, por exemplo, um PGDL lastreado em notas do tesouro com vencimento em 2030”, explicou.

Fonte: [CVG-SP](#), em 20.02.2015.